

2016 v. 9 n. 51 jul/ago.

Artigos

- A responsabilidade objetiva civil na Lei Anticorrupção: análise sobre as sanções de perdimento de bens, direitos ou valores e as de suspensão ou interdição das atividades empresariais** 09
01. *(Henrique Saibro, Guilherme Weber)*
- Alterações na Lei Anticorrupção nos acordos de leniência (MP 703/2015)** 16
02. *(Toshio Mukai)*
- O sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei nº 12.846/2013 : Lei anticorrupção** 26
03. *(Rafael Carvalho Rezende Oliveira, Daniel Amorim Assumpção)*
- A desconsideração da personalidade jurídica como um golpe letal ao direito empresarial** 41
04. *(Ronaldo Zanata Pazim)*
- Negociação coletiva no ordenamento jurídico brasileiro** 46
05. *(Ananda Tostes Isoni)*
- A aplicação do punitive damages nas relações jurídicas consumeristas** 61
06. *(Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Nayara Elayne Guedes)*
- A necessária observância, por parte das instituições financeiras estatais, na condição de integrantes da administração pública, do interesse público na gestão dos seus contratos bancários em épocas de crise econômica** 102
07. *(Aldem Johnston Barbosa Araújo)*
- A dissolução irregular como hipótese de responsabilização tributária pessoal do sócio-gerente** 130
08. *(Caroline Nonato de Oliveira)*
- Alguns aspectos polêmicos sobre a aplicação do direito intertemporal no Novo CPC. Quais são os critérios para definir a Lei do Recurso a ser interposto?** 200
09. *(Marco A. Ribas Pissurno)*